

**O VALOR DA ESCRAVIDÃO: A AVALIAÇÃO DOS ESCRAVOS EM CASTRO  
NOS INVENTÁRIOS E O APEGO A ESCRAVIDÃO PELA SOCIEDADE  
CASTRENSE (1841-1860)**

**Rogério Vial**

Mestrando – Universidade Estadual do Centro Oeste

**Fernando Franco Netto**

Doutor – Universidade Estadual do Centro Oeste

**Resumo:** Através da pesquisa relacionada aos inventários pertencentes ao Fundo de Inventários do Museu do Tropeiro de Castro, buscamos quantificar o número de escravos avaliados e as faixas etárias e de sexo destes indivíduos. Após essa classificação buscamos entender como a sociedade de Castro e dos Campos Gerais reagiram ao fim do tráfico de escravos proporcionados pela Lei Eusébio de Queiroz de 1850. Os números aqui levantados fornecem dados que apontam para um apego da sociedade castrense para com a escravidão. Seria uma questão econômica? Ou seria de status? As respostas, embora não sejam definitivas são surpreendentes.

**Palavras-chave:** Escravidão, avaliação, preço, tráfico

## **Introdução**

A pesquisa histórica trás aos seus praticantes um sabor especial quando adentram no espaço contido nas fontes. Olhá-las, degustá-las, senti o passado roçando as mãos e os olhos do pesquisador quando este manuseia sua fonte trás um prazer que apenas quem o faz pode sentir. Buscar nas fontes uma maneira de tirar os véus que o passado trás consigo se apresenta como uma tarefa saborosa, mas ao mesmo tempo árdua. No entanto, cabe a nós historiadores essa tarefa, a qual pretendemos aqui apenas apontar alguns meios para a pesquisa e o que a fonte escolhida pode propiciar ao pesquisador.

As fontes escolhidas para esse trabalho fazem parte de um acervo do pesquisador as quais foram buscadas nos arquivos da Casa de Cultura Emilia Erichsen<sup>1</sup> e no Museu do Tropeiro<sup>2</sup> na cidade de Castro na região que conhecemos como Campos Gerais<sup>3</sup> do Paraná. São documentos contidos nos processos de inventários do século XIX entre os anos de 1840 e 1860. Compreendemos que o primeiro passo a ser dado se encaminha para uma breve contextualização do que seria Castro e os Campos Gerais nesse período entre 1840 e 1860.

### **Castro, os Campos Gerais e a Província do Paraná.**

A região dos Campos Gerais constituiu-se como uma importante área na expansão da Colônia Lusitana da América a partir de 1704. Este ano ocorre a primeira distribuição de sesmaria (LOPES, 2004) na região que hoje conhecemos por Campos Gerais. Esse fato favorece o início oficial da ocupação do território onde se localiza a cidade de Castro. A primeira família a chegar oficialmente foi a do Capitão-Mor Pedro Taques de Almeida. Foram os primeiros proprietários oficiais de terras na região, e através desta família outras se instalaram e buscaram explorar os campos naturais para a

---

<sup>1</sup> Casa da Cultura Emília Erichsen, doravante grafado apenas como CCEE.

<sup>2</sup> Museu do Tropeiro, doravante grafado apenas como MDT

<sup>3</sup> A expressão "Campos Gerais do Paraná" foi consagrada por MAACK, que a definiu como uma zona fitogeográfica natural, com campos limpos e matas galerias ou capões isolados de floresta ombrófila mista, onde aparece o pinheiro araucária. Ver em Reinhard Maack, *Geografia física do Paraná* (Curitiba: Imprensa Oficial, 2002).

criação e engorda de gado. No entanto, somente com a abertura do caminho entre a Província de São Pedro do Rio Grande até os Campos Gerais entre 1728 e 1730, e estes a Sorocaba no interior de São Paulo, é realmente o momento em que toda a região começa a despertar interesse comercial (MARTINS, 2011, p. 49). Porém, a freguesia do Iapó<sup>4</sup> só foi elevada a Vila em 29 de janeiro de 1789, com a instalação da Vila com o “símbolo da Justiça” o Pelourinho, e a designação para alugar uma casa para que fosse instalada a Câmara Municipal e de Cadeia Pública<sup>5</sup>.

Dentre muitos viajantes que passaram pela região alguns registraram suas percepções e conseguiram visualizar a importância econômica dos Campos Gerais. Saint-Hilarie deixou em seus registros uma breve leitura sobre a geografia e a importância que essa área territorial tinha no contexto da época;

(...) trata-se de um desses territórios que, independente das divisões políticas, se distinguem de qualquer região pelo seu aspecto e pela natureza de seus produtos e de seu solo; onde deixam de existir as características que deram à região um nome particular – aí ficam os limites desses territórios. Na margem esquerda do Itararé começam os Campos Gerais, região muito diversa das terras que a precedem do lado nordeste, e elas vão terminar a pouca distância do registro de Curitiba, onde o solo se torna desigual e as verdejantes pastagens são substituídas por sombrias e imponentes matas. (SAINT-HILARIE, 1978, p. 15)

A região formada por estas “pastagens verdejantes” compõem um local muito favorável para a criação e/ou engorda de gado, atividade econômica que determinou a instalação da vila, e a conseqüente exploração econômica de toda uma região natural. A atividade tropeira colocava os Campos Gerais dentro da dinâmica econômica que envolvia diversos setores e ainda possibilitava que a região tivesse o seu domínio político e institucional ligado ao Império Português. Foi importante para o desenvolvimento da região, sua localização, como ponto intermediário dos campos do sul e as feiras do interior paulista, para o Império sua localização possibilita grande expansão territorial com o domínio se prolongando numa região até então pouco povoada e que deixava uma lacuna entre os territórios centrais e os do sul. Podemos considerar que a primeira função que os Campos Gerais realmente tiveram, foi a de estabelecer o domínio português neste caminho entre o centro e o sul da colônia.

---

<sup>4</sup> Iapó é o primeiro nome da vila que posteriormente viria a ser Castro.

<sup>5</sup> CCEE. Livro de Registros de Atas da Câmara de Castro, 1789.

O setor econômico obtém importância significativa devido a criação e a engorda de gado. Podemos observar que Castro e os Campos Gerais obtêm do tropeirismo a maior contribuição econômica para a vila e suas redondezas. A atividade econômica centrada no comércio de gado fornecia aos moradores da região uma alternativa econômica vantajosa, assim, como bem observou Saint-Hilarie, a intenção de estar dentro do sistema econômico do tropeirismo era enorme, e se não fazia com que todos fossem em busca de riquezas que poderiam ser geradas pelo comércio de gado, boa parte dos moradores buscavam nela juntar algum tipo de lucro.

Não se deve pensar, porém, que os habitantes dos Campos Gerais permaneçam sempre em sua terra. Homens de todas as classes, operários, agricultores, no momento em que ganham algum dinheiro partem para o Sul, onde compram burros bravos para revendê-los em sua própria terra e em Sorocaba. (SAINT-HILARIE, 1978, p. 19)

Devemos observar que o viajante condiciona a ida ao sul aos homens, no entanto devemos resguardar uma desconfiança, pois é bem provável que isso não se manifestava como vontade de todos, muitos se mantinham em Castro vivendo de serviços e de comércio com outros homens ligados a atividade. Nossas fontes de pesquisa, os inventários, demonstram que a riqueza não se concentrava apenas na cria/engorda de gado, pois encontramos as mais diversas atividades, muito embora estreitamente ligadas a dinâmica tropeira. A economia encontrava suporte no tropeirismo, onde várias atividades se sustentavam com o comércio e a prestação dos serviços aos tropeiros que pelos Campos Gerais passavam. Dentro deste contexto havia um número razoável de escravos que pertenciam a proprietários rurais e a proprietários urbanos. A concentração de riqueza deste se concentrava não apenas no gado ou nas terras, os escravos representavam importante soma financeira dentro da organização econômica dos Campos Gerais.

Castro se destaca na nova Província do Paraná, formada em 1853, e o sistema tropeiro representava a base econômica da sociedade a qual recebe e consolida sua influência regional com o apoio econômico obtido no comércio de gado. Com a formação social e econômica paranaense gravitando entre os Campos Gerais e Curitiba, e também com um movimento econômico ligado ao litoral, Castro destaca-se como uma das cidades de importância econômica e política da nova província. É bem notável a importância de outras vilas e cidades que estão no caminho das tropas entre as regiões

produtoras do sul e a feira de Sorocaba, dentre elas podemos destacar Ponta Grossa e Lapa, além de Castro. Também, num momento posterior, Guarapuava e Palmas se destacam principalmente no que diz respeito a ampliação do território brasileiro. Porém, não é nosso objetivo versar sobre esses outros locais, o que nos interessa é analisar Castro e suas características. Em especial analisaremos um importante item que fazia parte da sociedade, da economia, da cultura e de todo o contexto castrense: os escravos. Buscaremos analisar os escravos dentro de um contexto econômico e político interessante que abrange os anos de 1840 à 1860.

### **Conjuntura econômica, política e militar.**

O ano de 1704 demarca a primeira posse de terras através da doação da sesmaria da família Taques de Almeida. No entanto é em 1853 que todo esse território se desmembra da província de São Paulo e torna-se o Paraná. Paraná que ainda não estava totalmente ocupado e que nem suas fronteiras estavam bem definidas. No que diz respeito às questões políticas e econômicas a região, envolvida na atividade tropeira, inevitavelmente se insere nas disputas que ocorrem no seu entorno, principalmente no sul, e em tudo que se estabelece no Império do Brasil. Alguns aspectos determinam o contexto e as ações políticas e econômicas que envolvem a região dos Campos Gerais.

A Revolução Farroupilha (1835-1845) influencia diretamente na economia e na política dos Campos Gerais. Muitos homens de Castro partiram para a guerra e lutaram, na grande maioria, defendendo os interesses do Império. A economia, o comércio de animais, a atividade tropeira e tudo que está direta ou indiretamente ligado a ela, também sofrem com a guerra. O setor econômico, conseqüentemente, reflete as dificuldades que esse confronto traz a região. No entanto, a emancipação política que acontece em 1853, oito anos após o fim dessa guerra possibilita a região de Castro, Curitiba e o litoral a determinar por si só algumas ações a fim de desenvolver economicamente a província.

Em 4 de setembro de 1850 a Lei Eusébio de Queiroz deu um duro golpe na escravidão que nutria de braços escravos as necessidades de mão de obra no sistema escravista brasileiro. A proibição de tráfico intercontinental de escravos já existia com a primeira Lei em 1831 que na verdade serviu como meio de troca a fim de obter da Inglaterra o reconhecimento da independência do Brasil. Já a Lei de 1850 criou de fato

grandes dificuldades no tráfico negreiro. Essas dificuldades encareceram a escravidão, mas não colocaram um fim nela. Num sistema capitalista que visa o lucro, o custo de produção de qualquer produto está ligado na mão de obra disponível, e com o encarecimento da escravidão, certamente os proprietários de escravos de Castro sentiram os efeitos desta Lei. É importante ressaltar que a Inglaterra já patrulhava o Oceano Atlântico na busca de navios negreiros com destino ao Brasil e isso já fazia com que o tráfico aumentasse os seus custos.

A Quinta Comarca de São Paulo se torna uma província em 1853, Zacarias Góes de Vasconcelos se torna o primeiro Presidente, Curitiba a capital provincial. A economia da região trazia frutos principalmente com o comércio de gado, no entanto, a exploração de erva-mate e seu beneficiamento começava a dar resultados e mostrava que a região poderia deixar de depender apenas do gado para trazer lucros dentro de suas divisas. A economia gravitava em torno da mão de obra escrava, ainda que em escala menor que em outras regiões do Império<sup>6</sup>, mas que consistia num item de riqueza importante para a época.

Esses efeitos e fatos deram a economia da região dos Campos Gerais um rumo que pode ter dimensionado para mais ou para menos a importância do escravo e a sua participação econômica na sociedade de Castro. Vamos buscar nos inventários deixados como fontes de pesquisa, uma análise sobre a importância do escravo. Mais precisamente, tentaremos encontrar no preço do escravo, na sua participação, através das mais diversas faixas etárias, do sexo, e do valor avaliado, para encontrarmos evidências que permitam entender o conjunto de fatores e sua importância no contexto castrense.

### **Inventários e suas avaliações**

Nossas fontes são os inventários contidos no Museu do Tropeiro da cidade de Castro. São documentos importantes da época e que aqui podemos relacionar com o recorte temporal que pretendemos estabelecer. Entendemos que a interrupção do tráfico

---

<sup>6</sup> Para ver melhor sobre o assunto consultar Emilia Viotti da Costa, *Da Senzala a Colônia*; Maria Sílvia de Carvalho Franco, *Homens Livres na Ordem Escravocrata*; Zélia Maria Cardos de Mello, *Metamorfoses da Riqueza*; entre outros.

intercontinental determinou a alta nos preços dos escravos. Emilia Viotti da Costa apresenta em seu livro *Da Senzala à Colônia* discorre sobre esse fator:

A interrupção do tráfico determinou também a alta no preço dos escravos. De 1850 a 1860 o preço dos escravos subiu constantemente, chegando em certos casos a seis vezes o seu valor inicial, a partir de então os preços de venda de escravos declinaram.

Interrompido o tráfico externo, a população de escravos não se reproduziu tão rapidamente quanto era necessário para atender à crescente demanda de mão de obra. (COSTA, 1997. P. 33)

Os inventários constituem numa fonte de pesquisa importante, pois as avaliações dos bens, geralmente, eram realizadas por dois ou três avaliadores, os quais, em suas avaliações, imprimiam a importância de cada item avaliado na sua época. Pois a comparação entre um escravo de 27 anos em 1841 e a de outro indivíduo da mesma idade em 1860, provavelmente dará números muitos distantes. São nesses detalhes que pretendemos alavancar nossa pesquisa.

Nosso recorte temporal se explica por um fator de comparação. O ano de 1850 se torna decisivo para o tráfico de escravos e conseqüentemente para a escravidão. Com a dificuldade de trazer escravos da África, o mercado interno se aquece e a troca interprovincial de escravos cresce. Castro está ligada a esse tráfico interno, pois como citamos no início deste artigo, a região fazia parte de um corredor comercial entre as regiões centrais do Brasil e as regiões sulinas, criadoras de gado e muares. Certamente a carência de escravos em outras regiões de economia mais rentável, favorecia a saída de escravos, e se não favorecia a saída, determinaria o aumento dos preços como forma de manter os plantéis de escravos. No tocante dos plantéis, buscaremos encontrar um aumento na participação de infantes, pois o aumento de plantel, depois de 1850, estaria ligado diretamente a produção interna, assim as crianças ganham importância, e as mulheres em idade reprodutiva também.

### **Os valores e o apego castrense à escravidão**

Determinar um fator extra que tenha influenciado a economia com dados levantados dentro de uma localidade apenas sem que haja outra base comparativa é no mínimo imprudente. Buscando diminuir as diferenças vamos traçar nessa parte do artigo uma comparação com outros centros sociais com escravos. Um deles é Guarapuava,

centro pecuário produtor localizado na borda periférica da ocupação brasileira do continente, mas que mantém algumas semelhanças com Castro. É bom lembrar que a tomada dos Campos de Guarapuava e Palmas tiveram na cidade de Castro a base de apoio as expedições de conquistas. Castro e Guarapuava, apesar de ligadas pela pecuária, tiveram diferentes características na sua ocupação e formação. No entanto, para este trabalho, são duas localidades que razoavelmente se aparentam, e existem dados pesquisados e estudados quanto aos preços dos escravos na região guarapuavana.

Nas regiões de produção que necessitavam de grande quantidade de mão de obra, para a época, era nas lavouras cafeeiras do sudeste. O avanço dos cafezais culminou com a proibição efetiva do tráfico em 1850. Essa interrupção possibilitou, se assim é possível entender, um tratamento mais humanizado com os escravos. Durante o tráfico era relativamente fácil obter escravos, geralmente chegavam ao Brasil com um valor muito baixo que desencorajava os senhores a favorecerem uma reprodução interna de seus plantéis. Também no que tange os tratos com estes eram mais rudes, pois não se preocupava com a longevidade dos escravos se era fácil obter a preços baixos. No entanto, com o fim do tráfico, os proprietários se viram obrigados a resolver internamente a falta de mão de obra escrava e buscaram no tráfico interno e na reprodução dos plantéis a garantia de sua força de trabalho (COSTA, 1997. p. 32)

Os plantéis que em geral, em áreas novas de produção, eram formados por escravos do sexo masculino, começaram a concentrar maiores contingentes de mulheres com o intuito de ampliar seus plantéis com a produção interna de escravos. Guarapuava era uma das regiões brasileiras em que a mão de obra feminina se equivalia a mão de obra masculina (FRANCO NETTO, 2011). As regiões cafeeiras buscavam nas outras regiões do Império os braços escravos que necessitavam para a sua lavoura lucrativa.

Em 1873, a Assembléia Provincial de São Paulo suprimiu o imposto de duzentos mil-réis que, até então, recaía sobre cada escravo que entrasse na província. De Minas, da Bahia, do Nordeste e até do Rio Grande do Sul vinham levar de homens para as fazendas de café. Essa migração interna irá suprir momentaneamente a necessidade de braços. (COSTA, 1997. p. 177)

Certamente Castro e todo o sul do Império se viram assediados por compradores de escravos que ofereciam um bom preço ao escravo sulino a fim de transformá-lo em mão de obra cafeeira no interior paulista. Qual a valorização dos escravos nesse período entre 1840 e 1860? Mesmo com a alta no preço e a possibilidade de ganho maior com a



venda dos escravos, a sociedade de Castro se agarrava na escravidão como *status* de riqueza? Que rumo e que importância tomou a escravidão nos Campos Gerais?

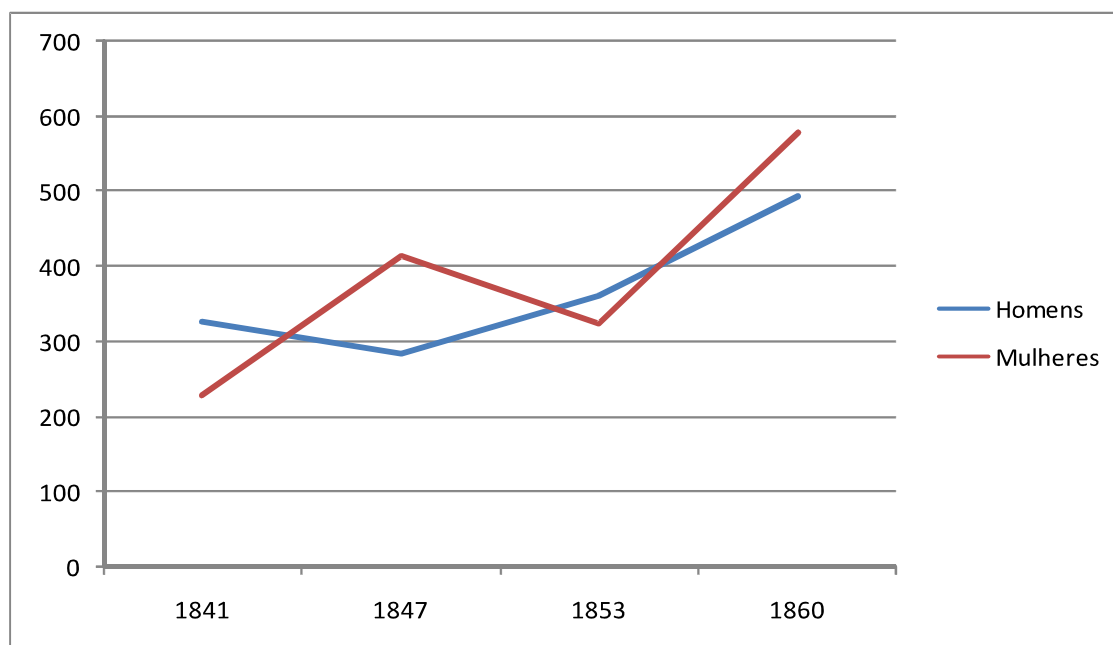
Dentro desse contexto podemos notar que entre os anos estudados, os plantéis tinham uma boa proporção de crianças. Em 1841 o número de crianças era relativamente pequeno, apenas 14 crianças entre zero e 13 anos estavam relacionadas nos inventários. Mesmo assim isso representa 33,33% do total de escravos relacionados, pois contabilizamos 42 escravos sendo 14 crianças.

Nossa opção em adotar a idade de 13 anos como limite entre a infância e a idade adulta baseou-se no trabalho de Cristiany M. Rocha que destaca os motivos para tal escolha: “(...) a idade fixada pela primeira lei que proibia a separação de pais e filhos em 1869, ou seja, os filhos até 15 anos não poderiam ser separados, por venda, doação ou herança, dos seus pais” (ROCHA, 2004, p. 115, nota 3). No entanto, optamos por usar a idade de 14 anos como base, pois entendemos que essa idade correspondia a venda e uso de escravos pelas descrições nos inventários da época. Com 14 anos encontramos indivíduos nos testamentos sendo destinados a diferentes herdeiros, mostrando que o seu trabalho já está consolidado no meio social de Castro.

Já em 1847 com um número bem maior de escravos inventariados, total de 110, encontramos 32 crianças que representam um total de 29,09% dos plantéis. Notamos uma leve diminuição do número de escravos crianças. No ano de 1853, já com a proibição efetiva do tráfico, encontramos 24 crianças num total de 88 escravos inventariados, perfazendo um total de 27,27% de crianças nos plantéis. Nova diminuição e no momento seguinte a suspensão do tráfico. Se levarmos em conta que o preço médio de um escravo do sexo masculino de idade entre 14 e 39 anos em 1847 gravitava em torno de 561\$333 réis em Castro e em 1853 o mesmo perfil de escravo havia subido apenas para 569\$047 réis, podemos presumir que as dificuldades de encontrar mão de obra escrava em Castro não haviam mudado. O valor dos escravos não havia aumentado de maneira que pudesse ser sentido pelos avaliadores dos inventários. Já em 1860 o preço médio desse mesmo perfil de escravo quase triplicou, passando ao valor de 1:477\$777 réis. E é exatamente em 1860 que encontramos o maior percentual de crianças nos plantéis dos Campos Gerais, dos 87 escravos avaliados, 33 eram crianças, 37,93% de todos os escravos não tinham 14 anos ainda. Considerando que em 1853 o valor médio de uma escrava entre zero à 13 anos era de 325\$000, e passa para 580\$000 em 1860, representando um aumento de 78,5%, podemos sentir que o fim

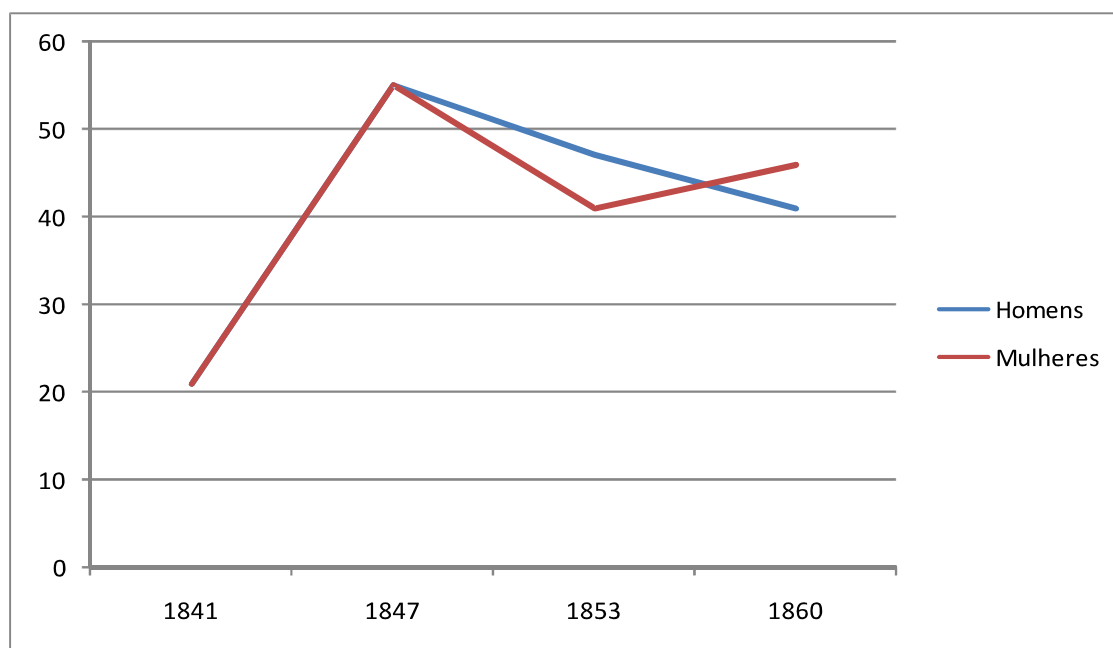
do tráfico foi realmente sentido no período posterior a 1853. Ainda para auxiliar nessa constatação encontramos o preço médio dessas mesmas escravas, com o mesmo perfil em 1847 recebendo um valor de avaliação médio de 416\$315 valor superior ao do ano de 1853, mas ainda assim abaixo do pedido em 1860. Vejamos abaixo como se comportou o preço dos escravos menores de 14 anos entre 1841 á 1860:

Relação em mil  
réis.



O ano de 1847, dentre os escolhidos, aparece como um fator de surpresa, pois não apenas nesse item, como poderá ser visualizado posteriormente, ele sugere algumas mudanças nos padrões de Castro. Também é notável a grande variação no braço escravo infante feminino, com oscilações grandes no período estudado.

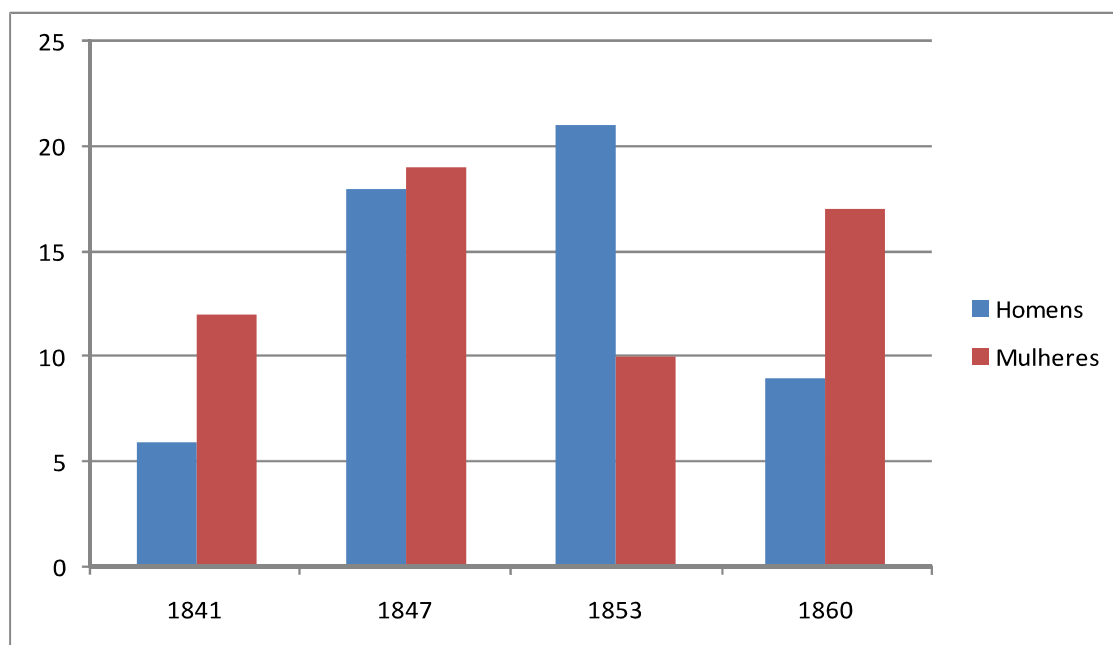
Apresentamos inicialmente os dados relativos aos escravos menores de 14 anos, no entanto devemos apresentar um gráfico que esboce a totalidade de escravos inventariados nesse período e como se comportou a sua quantificação. Vejamos:



Em 1841 e 1847 existe uma igualdade por sexo no número de indivíduos (1841; 21 homens e 21 mulheres. 1847; 55 homens e 55 mulheres) o quadro só se modifica em 1853 quando o número de homens supera levemente o número de mulheres sendo 47 homens e 41 mulheres (53,4% de homens e 46,6% de mulheres) e em 1860 quando as mulheres superam o número de homens nas escravarias inventariadas sendo 41 homens e 46 mulheres (47,12% de homens e 52,88% de mulheres). Mesmo com o aumento dos preços e sabendo que outras áreas do sul exportavam escravos e Castro se mantinha como via de ligação entre as fazendas de café de São Paulo e os campos de pecuária do sul, é bem provável que o número de escravos do sexo masculino diminuísse com o assédio dos viajantes que poderiam comercializar mulas e homens na sua ida a Sorocaba.

Para uma compreensão maior do que ocorrera no período deveríamos buscar em outras fontes e nas que estamos estudando, por indícios que evidenciem as atividades em que os escravos estavam mais relacionados. No entanto, não temos as condições para responder a esses fatores neste momento. É bom ressaltar que isso poderia averiguar em que tipo de trabalho os escravos estavam ligados e se nesses locais eram realmente necessários ou pertenciam a algum tipo de sustentáculo de *status* que o proprietário estava ligado. Essa resposta poderá aparecer no trabalho que estamos elaborando dentro da pesquisa de mestrado.

Entendemos que é necessário demonstrar alguns dados referentes ao aproveitamento da mão de obra escrava, e como isso poderia ser representado. Comprendemos que haveria a exploração do braço escravo nas mais diversas faixas etárias, seja em serviços domésticos ou de campo. No entanto a faixa etária que mais se encaixa no perfil do escravo em auge de força física vai dos 14 anos aos 39 anos, faixa etária que a exploração da mão de obra pode produzir mais frutos. Chamaremos essa faixa etária de “idade produtiva”. Vejamos;



Os dados apontam para uma divisão geral num total de 54 homens e 58 mulheres, característica que difere de outros estudos principalmente nos que abordam a escravidão em outras regiões do Brasil Império, zonas cafeeiras e de produção açucareira e mineradora, o que difere é nas regiões de exploração semelhante como acima citamos Guarapuava. Se considerarmos que o número total de escravos homens nesses quatro anos é de 164 indivíduos e de 163 mulheres, podemos considerar que as mulheres se encontravam em idade produtiva em maior porcentagem que a de homens na maioria do período estudado. No total 35,58% das mulheres escravas se encontravam dentro da ‘idade produtiva’, sendo que 32,92% dos homens estavam em ‘idade produtiva’. Isso demonstra que proporcionalmente as mulheres escravas tinham maior participação na economia castrense que os homens escravos.

Apenas em 1853 que os homens superam em grande quantia, o número de mulheres. Esse ano representa o ápice do aproveitamento de mão de obra masculina, e

fornece indivíduos para que o número se aproxime da quantidade de mulheres. Basicamente a mão de obra com idade produtiva em Castro era de mulheres.

Escravos	Total %	Idade produtiva %
Homens	50,15	48,21
Mulheres	49,85	51,79

Vale ressaltar que em todos os anos avaliados tivemos inventários que continham o escravo, seu valor, mas não tinha sua idade. Esse fator representa um total de 61 escravos sem idade definida que deixa uma lacuna na avaliação final do montante de escravos inventariados, e dificulta a avaliação das condições de cada plantel. Um escravo de 25 anos em 1841 poderia ter seu valor avaliado em torno de 400\$000, mas em 1860 um escravo de 25 anos poderia chegar a 1:900\$000. É evidente que essa avaliação levava em conta as suas habilidades, seu perfil corpóreo, sua aparência, entre outros fatores que aqui não tem grande importância para a pesquisa, o certo é que entender essa disparidade de preços passa inevitavelmente pelas condições de compra e de ampliação do plantel.

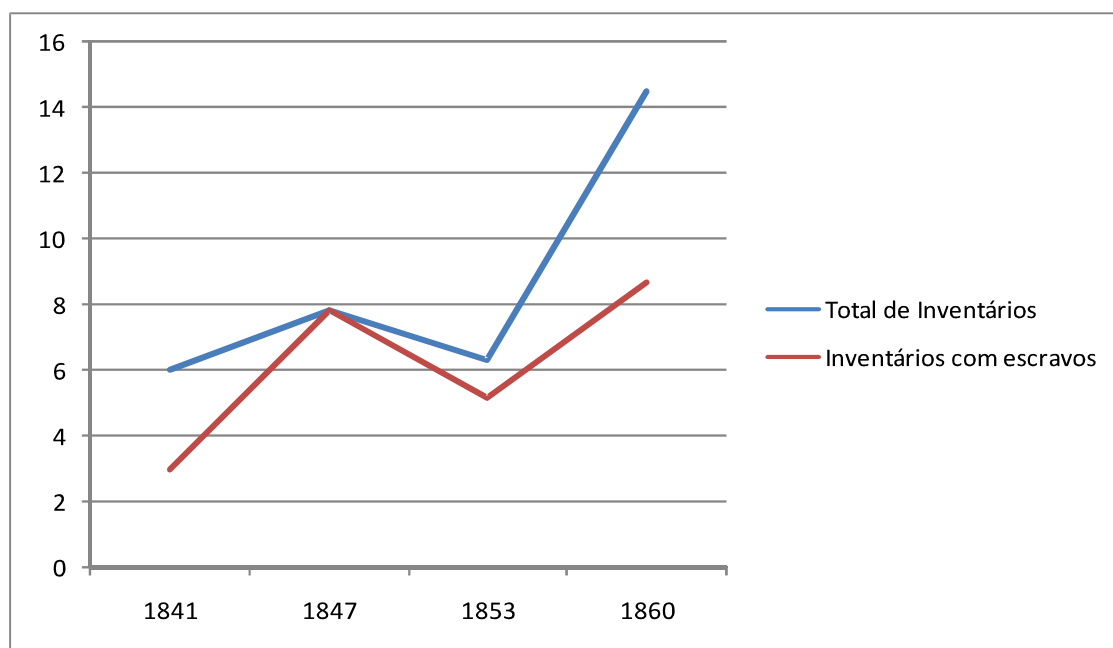
Esses dados apontam para um inevitável aumento dos preços de escravos. O Paraná começa a sentir os reflexos da suspensão do tráfico e do assédio dos compradores paulistas. No ano de 1867, período posterior ao recorte da pesquisa, mas que aponta a real situação do comércio de mão de obra escrava e o que isso representava economicamente para a Província do Paraná, encontramos no Relatório da província do Paraná deste ano a informação de que o imposto arrecadado sobre os escravos era bem próximo do imposto gerado pela venda de animais, que naquele momento representava grande parte das rendas provindas das terras do Paraná (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PARANÁ. 1867.). Mesmo entendendo que esse número não representa precisamente a região dos Campos Gerais, pois são números de todo o território povoado do Paraná, e que no litoral o assédio poderia ser maior e o próprio desapego ao braço escravo ser diferente, não podemos negar a importância desses números. Castro recebe esses efeitos e reage de maneira a garantir seus escravos, ou, se não é possível mantê-los, que rendessem uma boa quantia em dinheiro.

Outras regiões também sofreram com a elevação dos preços dos escravos. Em Santa Maria no Rio Grande do Sul, onde a média das escravarias também era pequena, e

a economia girava em torno do sistema tropeiro, encontramos grandes dificuldades dos criadores de gado em manter ou ampliar seus plantéis.

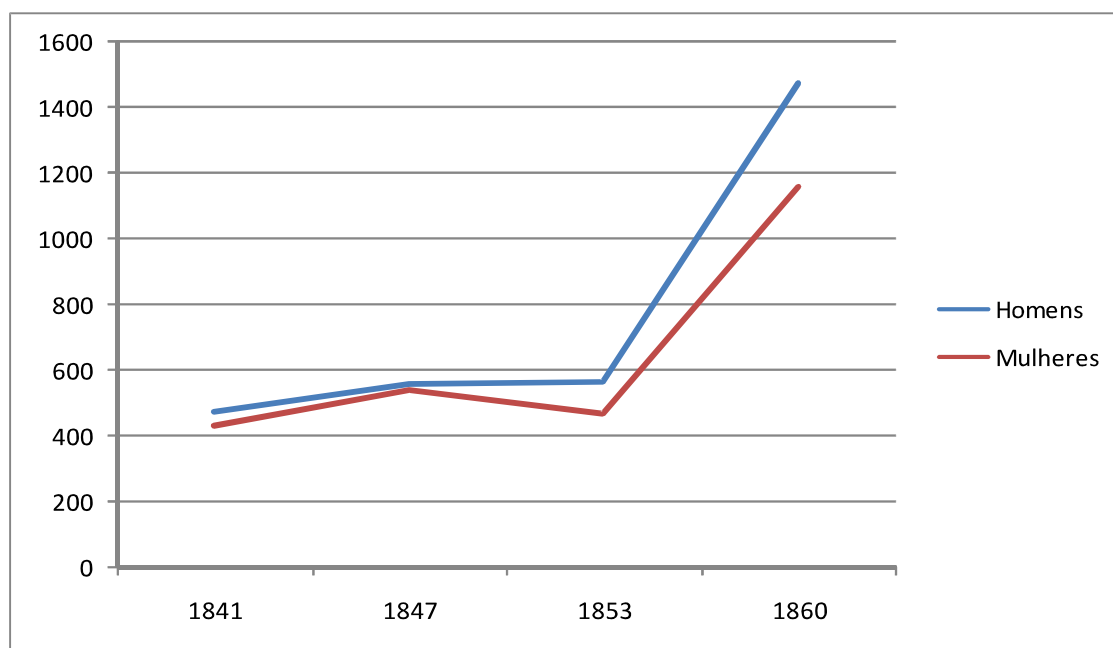
Segundo os dados dos inventários, a média de escravos por estabelecimento pertencente a criadores é de 05 cativos, variando, nos processos pesquisados, entre nenhum e treze escravos. O baixo número de escravos se deve ao fato das atividades desempenhadas nas estâncias (a criação de gado e, eventualmente, também a plantação de culturas alimentares e a fabricação de farinha de mandioca) exigirem bem menos mão-de-obra do que a produção de café ou a fabricação do charque, por exemplo. Além disso, como já foi dito, tratava-se de uma região de pecuária pobre, com pouca capacidade para fazer investimentos maiores, tanto mais na época de encarecimento do preço dos cativos, após 1850. (FARINATTI, SAD. p. 5)

O reduzido número de escravos por média de inventários também é encontrado nos dados recolhidos em Castro. Em 1841 foram 14 inventários com uma média de 3 escravos por inventário. Metade desses inventários possuía escravos como bens. Se analisássemos apenas esses que continham escravos a média subiria para 6 indivíduos por plantel. A maior escravaria desse ano era composta por 15 escravos e a maioria dos que possuíam escravos tinham poucos. Em 1847 não era muito diferente, a média de indivíduos por escravarias inventariadas era de 7,85 escravos. Em 1853 a média voltava a cair pra apenas 5,17 escravos por inventário. No entanto tínhamos 14 inventários com escravaria e a análise de apenas esses passaria para uma média de 6,28 escravos. E mesmo em 1860 onde encontramos a maior escravaria inventariada com 36 escravos pertencentes à Dona Ana Rodrigues Ferreira, a média de todos os inventários é de 8,7 escravos. É importante destacar que em 1860 tivemos 10 inventários e deste apenas seis com escravos, o que daria em média 14,5 indivíduos. Se retirarmos os 36 escravos de Dona Ana Rodrigues Ferreira, percebemos que a média cai para apenas 8,5 escravos por inventário. O número de inventários sem escravos não significa muito, pois apenas 40% dos inventários não possuíam escravos em 1860, já em 1841 metade (50%) dos inventários não possuíam escravos, dessa forma não podemos afirmar que houve um ‘desapego’ ao braço escravo ao logo desses dezenove anos. Vejamos o quadro a seguir com o desempenho médio das escravarias por inventários que continham escravos:



O ano de 1847 volta a surpreender com o número total de inventários possuindo escravos. No entanto podemos notar que nos demais anos estudados os números de inventários e a média sempre andaram próximos, demonstrando o apego da sociedade castrense pelo braço escravo. Possuir escravos poderia determinar um padrão social melhor do que o restante da sociedade. A qualidade desses plantéis pode ser questionada, pois, como vimos anteriormente, os escravos em idade produtiva eram poucos, ou representavam um número relativamente baixo na porcentagem geral, mesmo que fossem a maioria. É de se esperar que os proprietários de escravos obtivessem esses indivíduos a fim de operacionalizar melhor suas atividades econômicas, mas o fato é que encontramos um grande número de mulheres e de crianças nos plantéis. Podemos entender que o trabalho que esses escravos e escravas eram submetidos era menos penoso que os trabalhos nas áreas de engenhos de cana e nas fazendas de café, mas que mesmo assim eram ‘indispensáveis’ para a sociedade de Castro.

Chegamos a um ponto determinante da pesquisa: quanto valia um escravo em Castro? A evolução no valor médio do escravo nos inventários acompanhou e teve reflexo aos acontecimentos políticos, econômicos e militares que no início do artigo nós apontamos. Vejamos o próximo gráfico:



O gráfico acima aponta em mil réis a evolução do valor médio dos escravos nos inventários. Nesse cenário o ano que surpreende é o de 1853, onde o valor médio das escravas é menor do que em 1847 e não segue a evolução do valor dos escravos do sexo masculino. Podemos apontar dois fatores que possam ter influenciado nesse resultado do ano de 1853: primeiro, pode não ter sido sentido o fim do tráfico intercontinental aqui na província do Paraná e o seu efeito pode ter sido tardio, com um abastecimento mais eficiente e rentável de escravos vindos de Minas e do Nordeste, a região dos Campos Gerais não sentiu imediatamente as conseqüências desse fato. Segundo, os plantéis avaliados em 1853 podem, comparativamente, ter sido de inferior qualidade e assim o valor ter sido jogado para baixo. Não temos certeza dessa hipótese, parece-nos mais aceitável a primeira sugestão mesmo que não seja exatamente por essas conseqüências é bem provável que os escravistas dos Campos Gerais sentiram os efeitos da suspensão do tráfico só mais tarde como o ano de 1860 demonstra, com uma elevação muito grande do valor do escravo em Castro.

Um ponto relativamente interessante e que poderia resultar em uma boa pesquisa é relativo a baixa taxa de escravos com mais de 60 anos. Dos 327 escravos que aparecem nos inventários dos anos pesquisados, encontramos apenas 3 indivíduos com mais de 60 anos. Devemos atentar para o fato de que a população do Paraná, mesmo que não propriamente como província, cresceu pouco desde 1721 até 1860 e é bem provável



que o número de escravos com idade acima de 60 anos tivesse sido bem reduzido<sup>7</sup>. Também carecíamos de outras fontes para entender esse fenômeno, como livro de registro de batismo e óbitos de Castro, assim poderíamos constatar o grau de mortalidade de escravos no período e traçar uma idade de vida que um escravo possuía naquela sociedade. Também poderíamos relacionar com a lista de manumissões para verificar e, se fosse o caso, compreender o significado desses atos para os escravos dos Campos Gerais do século XIX. No entanto, essas fontes nos faltam nesse momento, o que impossibilita essa leitura mais refinada.

### **Considerações Finais**

Castro, em meados do século XIX, se caracteriza por ser uma vila/cidade que tem sua economia baseada no sistema tropeiro de comércio e serviço. A sociedade em si, pelo pouco uso do braço escravo, não pode ser considerada como sendo uma sociedade escravista. Ela se apresenta como uma sociedade com escravos, mas que tem pouca população escrava. Decididamente o item escravo representa um importante fator na sociedade, mesmo que em números muito baixos. No entanto o que transparece é o apego da sociedade castrense ao escravo, poderia esse escravo ser mulher ou homem, ter idade mais baixa do que ocorria nas zonas cafeeiras. O status em volto do escravo é que poderia ser maior. A importância que esse item relegava ao possuidor de escravo pode ter determinado parte desse apego ao braço escravo.

Uma das constatações que surge nesse estudo é que o efeito encarecedor dos escravos é sentido tardiamente nos Campos Gerais. As avaliações que encontramos em 1853 não apontam para um encarecimento do escravo. Sabemos das dificuldades de locomoção e transporte da época facilitava essa onda tardia sobre o valor do escravo, mesmo assim é inevitável a importância do processo proibitivo para o valor dos escravos no Brasil em geral e que diversos historiadores, acima citados, apontam. Castro se defende, ou aproveita o aumento nos preços de escravos só mais tarde. É em 1860 que encontramos os números mais altos no valor avaliado dos escravos. Esses valores já estavam espalhados por todo o território do Império, e representavam os efeitos mais fortes da suspensão do tráfico negreiro.

---

<sup>7</sup> Ver BALHANA, Altiva P & MACHADO, Brasil. P & WESTPHALEN, Cecília M. *História do Paraná*. Curitiba, 1969.

O que podemos considerar é que o braço escravo de Castro consistia em grande quantidade de crianças e mulheres, e uma população distribuída por sexo de maneira igual. A idade produtiva dessa população não era muito importante no contexto geral, pois os plantéis eram formados por indivíduos de todas as faixas etárias e com uma distribuição sexual semelhante. A importância desses plantéis, provavelmente, estava ligada ao status social do seu proprietário. Ele, como senhor de escravos, poderia alcançar dentro da sociedade castrense, um patamar mais elevado. No entanto um estudo mais profundo, cruzando os dados referente a ocupação dos escravos, ao ramo econômico que ele estava diretamente ligado e a posição social do senhor na sociedade castrense poderá reduzir as dúvidas quanto a sua importância social, econômica e política para os Campos Gerais. Isso pretendemos suprir na pesquisa de mestrado que está sendo construída.

### **Fontes**

Museu do Tropeiro, Fundo Inventários, 1841-1850. Inventários Gerais.

Museu do Tropeiro, Fundo Inventários, 1851-1860. Inventários Gerais.

Relatório dos Presidentes da Província do Paraná (Presidente Horta de Araújo) do ano de 1868, disponível na internet na página eletrônica do Arquivo Público do Estado do Paraná [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1868\\_a\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1868_a_p.pdf)

### **Referências bibliográficas**

BALHANA, Altiva P & MACHADO, Brasil. P & WESTPHALEN, Cecília M. História do Paraná. Curitiba, 1969.

COSTA, Emília Viotti da, Da Senzala à Colônia. São Paulo: UNESP, 1997.

FARINATTI, Luiz A. E., Criadores de gado em Santa Maria (Rio Grande do Sul , 1850-1890) (CEUNFRAN, Brasil) retirado <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s7a2.pdf> acesso em dezembro de 2012.

FRANCO NETTO, Fernando. Senhores e escravos no Paraná provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava (1850-1880). Guarapuava: UNICENTRO, 2011.

LOPES, José Carlos V. Fazendas e sítios de Castro e Carambeí. Curitiba: Torre de Babel, 2004.

MAACK, Reinhard, Geografia física do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MARTINS, Ilton César. E eu só tenho três casas: a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na Comarca de Castro (1853 – 1888). Curitiba-PR, Tese de Doutorado/UFPR, 2011.

ROCHA, C. M. Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX. Campinas: Unicamp, 2004.

SAINT-HILAIRE, August de. Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da USP, 1978.